

2º LUGAR

Alprazolam. Lorazepam. Diazepam. Clonazepam (Rivotril). Nomes que fazem parte da vida de uma nova geração que (sobre)vive sob efeitos de tarjas pretas. Tal situação advém de um cenário veloz e imediatista, acentuador de transtornos psicológicos, bem como da prescrição deliberada de medicamentos aliada à pouca discussão sobre o assunto; culminando, pois, na chamada farmacodependência.

Em primeira análise, vale salientar que, segundo o sociólogo Zygmunt Bauman, após a Segunda Guerra Mundial, compreende-se o conceito de Modernidade Líquida, na qual as relações humanas tornaram-se frágeis e efêmeras, transformando o sujeito em mero status. Nesse cenário, os indivíduos encontram-se cada vez mais infelizes, ansiosos e sobrecarregados, intensificando inúmeros problemas psicológicos que, muitas vezes, são “resolvidos” por meio de medicamentos tarja preta. Essas substâncias afetam o sistema nervoso central e, se usadas inadequadamente, podem causar dependência. Embora cientes dos riscos, as pessoas - guiadas pelo imediatismo, são seduzidas pela ilusão de que a pílula resolve o problema e ainda possui como bônus a rapidez dos efeitos.

Em segunda análise, cabe ressaltar que há pouco controle na prescrição de medicamentos tarja preta, a qual é feita, muitas vezes, por profissionais não capacitados e pouco conhecedores dos efeitos colaterais. Além disso, há pouca discussão sobre o assunto, visto que tal atitude não seria vantajosa para a indústria farmacêutica, que obtém muitos lucros com esse tipo de venda. Também é importante pensar sobre o paradoxo envolvendo esse cenário, pois até os indivíduos que possuem acesso à informação e conhecem os riscos de tais substâncias, não deixam de usá-las. Diante do exposto, fica claro que se tem um círculo vicioso, em que as pessoas estão cada vez mais farmacodependentes, vítimas de ansiedade, insônia ou depressão (o novo mal do século). Em 2018, por exemplo, foram compradas mais de 56,6 milhões de caixas de medicamentos para esses fins, o que comprova os altos índices de transtornos psicológicos.

Portanto, cabe ao Ministério da Educação, junto às escolas públicas e particulares, oferecer apoio psicológico para estudantes, por meio de trabalhos em sala de aula e conversas com psicólogas, com intuito de informar e cuidar da saúde mental dos alunos. Ademais, o Conselho Regional de Medicina deve fiscalizar e alertar os médicos sobre a prescrição deliberada, a fim de diminuir tal ação. Pode-se incluir palestras de profissionais da saúde em jornais televisivos para aumentar a discussão sobre o assunto. Dessa forma, será possível amenizar um cenário de uma nova geração dependente de “pílulas da felicidade”.